

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

COMPOSIÇÃO:

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário - Presidente

Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque - Vice-Presidente e Corregedora

José Airton de Aguiar Portela - Juiz Federal

Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira - Juíza de Direito

Marcus Alan de Melo Gomes - Juiz de Direito

Marcelo Lima Guedes - Jurista

Tiago Nasser Sefer - Jurista

Alan Rogério Mansur Silva - Procurador Regional Eleitoral

Diretoria-Geral: Bruno Giorgi Almeida e Silva Diretor-Geral

Secretaria de Planejamento: Elaine Cristina de Jesus Santana da Silva Machado
Secretária de Planejamento

Coordenadoria de Gestão de Processos e Governança:

Sabrina Bittencourt Guimarães Casto
Coordenadora

Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social:

Lísia Regina Franco Dias Chefe de Seção / Analista Judiciária

Luciane da Conceição Costa Mai
Assistente I / Analista Judiciária

Alcyone Beatriz de Oliveira
Analista Judiciária

Kathleen Bárbara Reis da Silva
Colaboradora

Josiane Amanda Miranda Raposo
Colaboradora

SUMÁRIO

03	INTRODUÇÃO
04	PRIORIDADES
05	OBJETIVOS E METODOLOGIA
06	ESCOPOS DAS EMISSÕES
07	AÇÕES DE MITIGAÇÃO
18	COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES
21	CRONOGRAMA

20

INTRODUÇÃO

A elaboração de um Plano de Descarbonização vai muito além de ser uma simples técnica de gestão. Para ser verdadeiramente efetivo, esse plano precisa ser cuidadosamente estruturado e implementado, com ações concretas e mensuráveis, alinhadas a práticas ambientais que realmente reduzam as emissões de gases de efeito estufa (GEE) da operação da organização.

O plano de descarbonização é essencial para qualquer organização que se comprometa com a sustentabilidade e a responsabilidade social. Ele permite que a empresa identifique suas fontes de emissão de GEE, estabeleça metas de redução e desenvolva estratégias para alcançá-las. Além disso, um plano de descarbonização pode ajudar a empresa a melhorar sua imagem e reputação, atrair e reter talentos e se diferenciar da concorrência.

Benefícios de um plano de descarbonização

A elaboração e implementação de um plano de descarbonização pode trazer inúmeros benefícios para a organização, como:

- Redução das emissões de GEE.
- Melhoria da imagem e reputação.
- Atração e retenção de talentos.
- Diferenciação da concorrência.
- Aumento da eficiência e da produtividade.
- Redução dos custos operacionais.
- Contribuição para a sustentabilidade e a responsabilidade social.

PRIORIDADES

Dentro do contexto da descarbonização e da gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE), a prioridade central é, inequivocamente, a redução real das emissões. Isso significa que, antes de considerar qualquer forma de compensação, como a compra de créditos de carbono, o foco principal deve ser em implementar ações concretas e efetivas para diminuir a pegada de carbono da organização.

Esse princípio é reforçado pelas normas e protocolos que regem a gestão de GEE:

- **GHG Protocol**: Enfatiza a necessidade de medição precisa e transparência no processo de gestão de emissões. Coloca a redução efetiva das emissões nas operações da organização como prioridade.
- **ISO 14064**: Fornece diretrizes para a quantificação e o relato das emissões de GEE.

Contribui para que as organizações possam medir e rastrear suas emissões de forma consistente e confiável, tornando a redução mais efetiva.

- **PAS 2060**: Orienta sobre como alcançar e demonstrar a neutralidade de carbono.

Reforça a importância de priorizar ações de redução antes de recorrer à compensação. Portanto, a hierarquia de prioridades é clara:

Redução:

Implementar medidas para diminuir as emissões diretas e indiretas da organização.

Compensação:

Utilizar créditos de carbono e/ou plantio de árvores apenas para compensar emissões residuais que não podem ser eliminadas.

Essa abordagem garante que os esforços de descarbonização sejam genuínos e contribuam de forma significativa para a mitigação das mudanças climáticas.

O princípio do poluidor-pagador reforça a importância da responsabilidade ambiental e da busca por soluções sustentáveis. A compensação de emissões, como a compra de créditos de carbono, deve ser encarada como um último recurso, e não como uma "permissão para poluir".

É fundamental que as organizações se esforcem ao máximo para reduzir suas emissões de GEE, implementando medidas de eficiência energética, investindo em tecnologias limpas e adotando práticas mais sustentáveis em suas operações. A compensação deve ser utilizada apenas para neutralizar as emissões que não podem ser eliminadas por outros meios.

Permitir que as emissões aumentem sob a justificativa de que podem ser compensadas posteriormente é um equívoco que compromete a integridade do plano de descarbonização e, em última análise, prejudica o meio ambiente. O objetivo principal deve ser sempre a redução efetiva da pegada de carbono, com a compensação atuando como um complemento para alcançar a neutralidade.

A transparência e o compromisso com a sustentabilidade são cruciais nesse processo. As organizações devem ser honestas em relação aos seus esforços de descarbonização, divulgando informações claras sobre suas emissões, metas de redução e ações de compensação. Essa postura demonstra responsabilidade e contribui para a construção de um futuro mais sustentável.

OBJETIVO GERAL

O objetivo central de qualquer plano de descarbonização é, sem dúvida, reduzir as emissões até o ponto de zerá-las, sendo esta a prioridade em todas as ações e metas estabelecidas. Somente quando a redução for plenamente impossível, o residual pode ser compensado com créditos de carbono, respeitando a filosofia de que, antes de compensar, devemos buscar minimizar as emissões ao máximo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reduzir as emissões de GEE resultantes do funcionamento do TRE do Pará;
- Conscientizar o corpo laboral acerca do tema descarbonização;
- Implementar medidas de mitigação e compensação;
- Melhorar a eficiência no uso de energia e transportes institucionais;
- Promover gestão de resíduos; e
- Alcançar emissões líquidas zero (Net Zero) até 2050.

METODOLOGIA

1. Reuniões com as unidades responsáveis pelos dados mensurados na Ferramenta GHG Protocol para compartilhar responsabilidades, definir as ações e as metas a serem alcançadas.
2. Produzir o Inventário de Emissões de GEE, por etapas, seguindo os padrões mínimos para Inventários de GEE da Justiça Eleitoral.
3. Definir as metas de redução para os escopos 1 (emissões diretas), 2 (emissões indiretas relacionadas à aquisição de energia elétrica) e 3 (emissões indiretas provenientes de deslocamentos e gestão de resíduos).
4. Adoção de cronograma de execução com monitoramento contínuo.

Escopos

Dados coletados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Este Plano foi desenvolvido com base na ferramenta GHG Protocol, o principal padrão global para mensuração e gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE) em organizações.

Programa Brasileiro
GHG Protocol

Abas gerais	Introdução	Resumo	Fatores de emissão	Fatores variáveis	Fugitivas - GEE não Quioto	Aeroportos	Fatores de conversão	
Escopo 1	Combustão estacionária	Combustão móvel	Emissões fugitivas	Processos industriais	Atividades agrícolas	Mudanças no uso do solo	Resíduos sólidos	Efluentes
Escopo 2	Eletricidade (localização)	Perdas T&D (localização)	Compra de Energ. Térmica	Eletricidade (esc. compra)	Perdas T&D (esc. compra)			
Escopo 3	Categorias de Escopo 3	Transp & Distr upstream	Resíduos sólidos gerados	Efluentes gerados	Viagens a negócios	Emissões casa-trabalho	Transp & Distr downstream	



ESCOPO 1

Emissões diretas

Dados coletados das seguintes categorias:

- Combustão estacionária (geradores);
- Combustão móvel (veículos); e
- Emissões fugitivas (extintores de incêndio e aparelhos de ar-condicionado).



ESCOPO 2

Emissões de energia

Dados coletados da seguinte categoria:

- Eletricidade (localização).



ESCOPO 3

Emissões indiretas

Dados coletados da seguinte categoria:

- Viagens a negócios;
- Emissões casa - trabalho;
- Aquisições e contratações sustentáveis;
- Gestão dos resíduos; e
- Efluentes gerados.

Ações de Mitigação Escopo 1

Categoria - Combustão móvel

1. Substituir o combustível por etanol (biocombustível):

Descrição: Adotar o etanol como combustível principal em veículos da frota, substituindo combustíveis fósseis como gasolina.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Bom – Reduz as emissões durante a combustão, além do fato do etanol ser um combustível renovável.

Custo Estimado: Baixo – Não requer grandes investimentos em infraestrutura ou na frota, admitindo que geralmente a frota é flex (aceita como combustível gasolina ou etanol).

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – o custo do etanol é competitivo e acessível, proporcionando economia em curto prazo.

Observação: O etanol é uma solução de transição rápida, ideal para iniciativas iniciais de redução de emissões.

Solução a curto prazo.
É necessário analisar a disponibilidade de etanol nos postos conveniados ao TRE do Pará, principalmente nas cidades do interior do estado do Pará.

2. Substituir a frota por veículos híbridos:

Descrição: Renovar a frota com veículos híbridos plug-in que combinam motores a combustão e elétricos, reduzindo o consumo de combustível fóssil.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Reduz as emissões durante o uso, especialmente em trajetos urbanos.

Custo Estimado: Médio – Requer investimento inicial maior, mas é mais acessível que a compra de veículos elétricos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – Garante economia de combustível a longo prazo e menor emissão de poluentes.

Observação: Veículos híbridos são ideais para trajetos mistos, oferecendo autonomia ampliada com economia de combustível, sendo uma ótima opção quando é comum viagens longas (sem depender exclusivamente de carregamento elétrico).



Ações de Mitigação Escopo 1

Categoria - Combustão móvel

3. Implementar o Projeto Eco Rota 360:

Descrição: Utilizar inteligência artificial (IA) para aprimoramento de sistemas para planejar rotas eficientes, integrar demandas por mesorregiões e promover caronas, reduzindo custos com combustível, manutenção e diárias, além de diminuir as emissões de GEE.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Bom – Reduz as emissões durante a combustão.

Custo Estimado: Baixo – Não requer grandes investimentos em infraestrutura ou na frota.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – o custo de combustível, manutenção e diárias é reduzido consideravelmente em curto prazo.

ECO ROTA 360

O projeto visa otimizar o transporte do TRE do Pará, alinhado ao Plano de Logística Sustentável e ao Plano de Descarbonização. Utilizando inteligência artificial, aprimoramento de sistemas para planejar rotas eficientes, integrar demandas por mesorregiões e promover caronas, reduzindo custos com combustível, manutenção e diárias, além de diminuir as emissões de gases de efeito estufa (GEE).

- Promover eficiência de gastos com combustível, manutenção e diárias.
- Reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE).
- Garantir maior eficiência nos deslocamentos e integração entre unidades.

GERÊNCIA	CUSTO	PRAZO
SETRA	R\$ 36 mil	23 meses

46

Ações de Mitigação Escopo 1

Categoria - Emissões fugitivas



1. Substituir aparelhos de ar-condicionado por modelos que utilizem gases refrigerantes menos poluentes ou neutros ao efeito estufa:

Descrição: Modernizar sistemas de climatização, optando por equipamentos que utilizem gases refrigerantes mais sustentáveis, como hidrofluorolefinas (HFOs) ou outros compostos de baixo potencial de aquecimento global (GWP). Priorizar modelos com tecnologia avançada e certificados de eficiência energética.

Tipo de Ação: Não emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Reduz significativamente as emissões fugitivas provenientes de vazamentos de gases refrigerantes tradicionais, como hidrofluorcarbonos (HFCs).

Custo Estimado: Médio – Equipamentos com gases refrigerantes sustentáveis podem ter custo inicial maior.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – Economia energética e menor impacto ambiental a longo prazo.

Observação: Substituir gradualmente, aproveitando o fim da vida útil dos equipamentos existentes, para equilibrar custos.

Ações de Mitigação Escopo 1

Categoria - Emissões fugitivas

2. Implementar um programa de manutenção preventiva para extintores e sistemas de refrigeração:

Descrição: Criar e seguir um cronograma de manutenção regular para extintores e sistemas de climatização, verificando vazamentos, recargas e adequação aos padrões ambientais.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Bom – Manutenções regulares evitam vazamentos e aumentam a eficiência dos equipamentos.

Custo Estimado: Baixo – Manutenção preventiva é acessível em comparação à substituição completa de equipamentos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Prolonga a vida útil dos equipamentos e evita custos maiores com reparos emergenciais ou multas ambientais.

Observação: Estratégia simples e eficiente que pode ser implementada em curto prazo.



Ações de Mitigação Escopo 2

Categoria - Energia Elétrica
(localização)

1. Substituir aparelhos elétricos por modelos com selo de eficiência energética:

Descrição: Realizar a substituição progressiva de equipamentos elétricos, como iluminação, ar-condicionado, computadores e eletrodomésticos, por modelos certificados com selo de eficiência energética, como o Procel ou similares.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Equipamentos mais eficientes consomem menos energia, reduzindo a demanda por eletricidade de fontes não renováveis.

Custo Estimado: Médio – Custo inicial elevado, mas com economia energética significativa ao longo do tempo.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Redução nos custos operacionais com energia elétrica compensa rapidamente o investimento inicial.

Observação: Priorizar a substituição de equipamentos de maior consumo energético.



Ações de Mitigação Escopo 2

Categoria - Energia Elétrica (localização)

2. Implantar uma usina fotovoltaica:

Descrição: Instalar painéis solares para geração de energia renovável, atendendo parte ou toda a demanda elétrica da organização. Já inaugurada a primeira etapa da usina localizada em Santarém, que atenderá a todos os cartórios eleitorais.

Tipo de Ação: Não emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Reduz drasticamente a dependência de fontes de energia não renováveis e a pegada de carbono.

Custo Estimado: Alto – Investimento inicial elevado, mas com redução significativa de custos a médio e longo prazo.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Médio – Retorno pode levar alguns anos, mas oferece economia sustentável e previsível ao longo do tempo.

Observação: Ideal para organizações com alta demanda energética e espaço físico disponível.



Ações de Mitigação Escopo 2

Categoria - Energia Elétrica (localização)

3. Contratar energia no mercado livre, priorizando energia renovável:

Descrição: Migrar para o mercado livre de energia e contratar fornecedores que garantam fornecimento de energia de fontes renováveis, como solar, eólica ou biomassa.

Tipo de Ação: Não emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Reduz a pegada de carbono associada ao consumo de energia elétrica.

Custo Estimado: Médio – Pode gerar economia, dependendo do contrato e volume de consumo.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Permite maior controle de custos e previsibilidade de gastos energéticos.

Observação: Requer planejamento e adequação à legislação local.



Ações de Mitigação Escopo 3

Categoria - Viagens a Negócio

1. Evitar viagens quando puderem ser substituídas por reuniões ou eventos telepresenciais:

Descrição: Adotar a política de priorizar reuniões e eventos por videoconferência sempre que possível, eliminando a necessidade de deslocamento físico.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Elimina emissões associadas ao transporte aéreo, rodoviário ou hidroviário.

Custo Estimado: Zero – Infraestrutura telepresencial geralmente já está disponível e não exige custos adicionais significativos.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Economia de tempo, dinheiro e recursos, com impacto positivo no balanço ambiental da organização.

Observação: Garantir a qualidade da conexão e a adesão cultural para reuniões virtuais eficazes.



Ações de Mitigação Escopo 3

Categoria - Emissões casa-trabalho

1. Medir a emissão de GEE produzida no deslocamento casa-trabalho:

Descrição: Mensurar a emissão de Gases de Efeito Estufa - GEE resultantes do deslocamento físico da força de trabalho do tribunal para fundamentar a criação de política de redução.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Elimina emissões associadas ao transporte rodoviário e/ou hidroviário da força laboral.

Custo Estimado: Zero – atividade de medição não tem custo. A previsão orçamentária das medidas a serem implementadas está condicionada à criação de política de redução.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Economia de tempo, dinheiro e recursos, com impacto positivo no balanço ambiental da organização.



Ações de Mitigação Escopo 3

Categoria - Resíduos sólidos da Operação

1. Implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS):

Descrição: Aperfeiçoar a coleta seletiva, a gravimetria e a pesagem dos resíduos sólidos encaminhados às associações de catadores e do lixo encaminhado ao aterro sanitário. Estabelecer parceria com cooperativas de reciclagem. Promover ações e eventos de educação ambiental.

Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Ótimo – Diminui emissões de metano provenientes da decomposição de resíduos orgânicos em aterros e incentiva a reciclagem, que consome menos energia do que a produção de novos materiais. Podendo inclusive destinar parte dos resíduos orgânicos para compostagem própria ou de terceiros.

Custo Estimado: Médio – Exige investimento inicial em infraestrutura e campanhas educativas, mas apresenta baixo custo de manutenção.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Redução de custos de destinação final de resíduos, melhoria da imagem ambiental e menor impacto ambiental a longo prazo.

Observação: Realizar diversas ações de capacitação e sensibilização para criar uma nova cultura organizacional de baixa produção de lixo.



Ações de Mitigação Escopo 3

Categoria - Efluentes gerados na Operação

1. Utilizar sistemas de redução de consumo de água:

Descrição: Adotar dispositivos de economia de água, como torneiras com temporizadores, descargas de duplo acionamento e sensores automáticos, diminuindo o consumo de água e a quantidade de efluentes gerados.

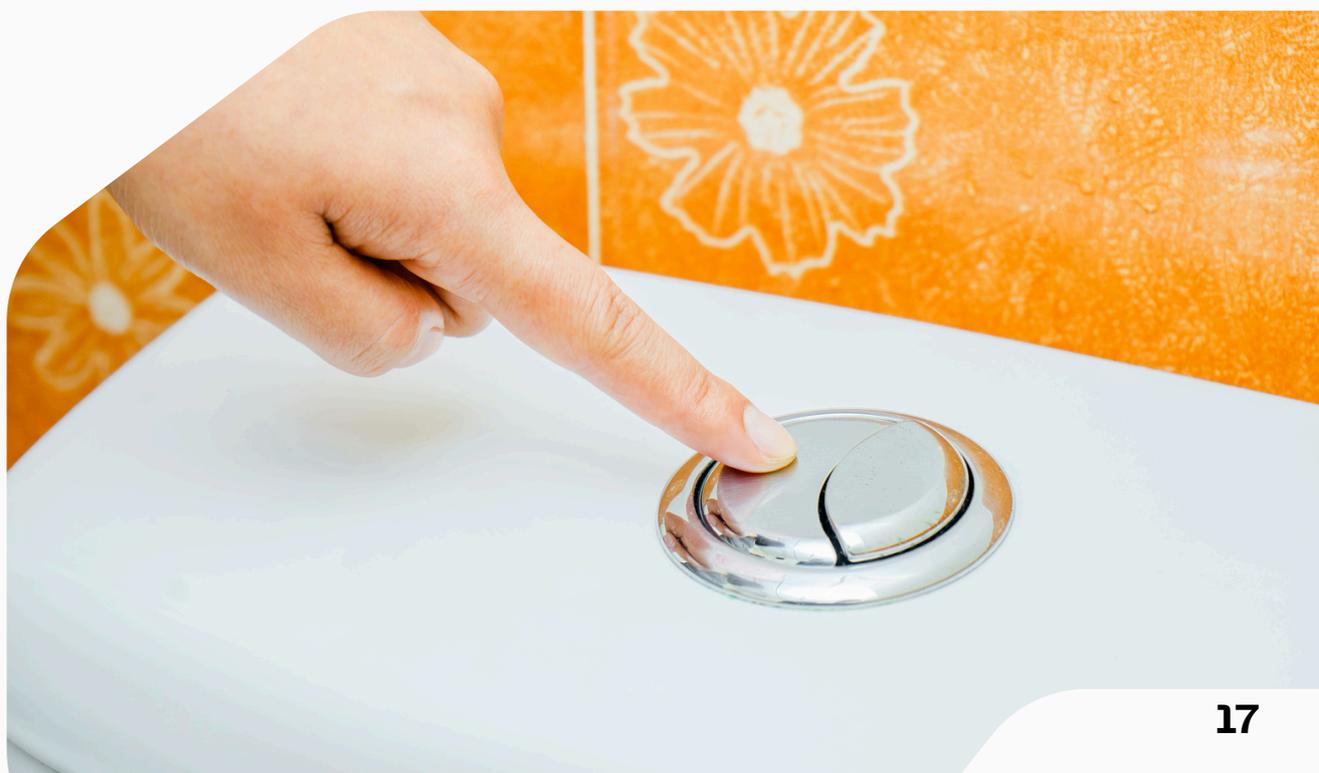
Tipo de Ação: Redução de emissão de GEE.

Impacto Ambiental: Bom – Reduz a pressão sobre os recursos hídricos e diminui as emissões associadas ao tratamento de efluentes.

Custo Estimado: Médio – Necessário investimento inicial na aquisição e instalação dos dispositivos, mas com retorno em longo prazo pela economia de água.

Retorno sobre o Investimento (ROI): Alto – Redução significativa nos custos da conta de água e no tratamento de efluentes.

Observação: Realizar campanhas de conscientização para evitar desperdício, garantindo o uso eficiente da tecnologia instalada.



AÇÕES DE COMPENSAÇÃO

1. Compensar emissões de GEE das atividades do TRE do Pará por meio da compra de créditos de carbono

Aplicação: Escopo 1, Escopo 2, Escopo 3.

Objetivo: Neutralizar as emissões da organização

Descrição: Adquirir créditos de carbono no mercado voluntário para compensar as emissões residuais de gases de efeito estufa (GEE) do ano anterior.

Objetivo: Mitigar o impacto ambiental causado pelas emissões não eliminadas, alinhar-se às boas práticas internacionais (GHG Protocol, ISO 14064) e demonstrar compromisso com a neutralidade de carbono.

Etapa 1: Mensurar as emissões residuais do ano anterior com base no inventário de GEE (Janeiro a Fevereiro).

Etapa 2: Obter auditoria e certificação por entidade terceira acreditada (Fevereiro a Abril).

Etapa 3: Identificar e adquirir os créditos no mercado voluntário (Maio a Julho).

Metodologia:

- Consolidar os dados do inventário anual de GEE e validar o cálculo das emissões residuais.
- Selecionar uma entidade terceira acreditada para auditoria e certificação das emissões.
- Identificar projetos confiáveis no mercado voluntário de carbono.
- Adquirir créditos em quantidade exata para neutralizar as emissões verificadas.
- Documentar o processo e divulgar os resultados no relatório de sustentabilidade.

Valor do Investimento (ROI): O custo depende do volume de créditos necessários e do tipo de projeto selecionado. Valores médios podem variar entre R\$ 40,00 e R\$ 400,00 por tonelada de CO₂ equivalente.

AÇÕES DE COMPENSAÇÃO

2. Compensar emissões de GEE de eventos promovidos pelo TRE do Pará por meio da compra de créditos de carbono

Aplicação: FestLabs e VERDEMOCRACIA.

Objetivo: Neutralizar as emissões dos eventos.

Descrição: Adquirir créditos de carbono no mercado voluntário para compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) durante os eventos, incluindo a montagem, execução dos eventos, desmontagem e coleta seletiva.

Objetivo: Mitigar o impacto ambiental causado pelas emissões, alinhar-se às boas práticas internacionais (GHG Protocol, ISO 14064) e demonstrar compromisso com a neutralidade de carbono.

Etapa 1: Contratar empresa para neutralizar os eventos;

Etapa 2: Mensurar as emissões do evento com base no inventário de GEE (em todas as etapas);

Etapa 2: Obter auditoria e certificação pela empresa contratada.

Etapa 3: Identificar e adquirir os créditos dentre os projetos socioambientais oferecidos pela empresa contratada.

Etapa 4: Receber certificação rastreável dos créditos adquiridos.

Valor do Investimento (ROI): O custo médio para contratação de empresa para neutralização dos eventos é de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

AÇÕES DE COMPENSAÇÃO

3. Ações de plantio de árvores nativas

Objetivo: Compensar emissões de GEE com ações de reflorestamento.

Descrição: Plantar árvores nativas nos eventos FestLabs e VERDEMOCRACIA e em ações de cidadania nas cidades de Capanema e Redenção.

Etapa 1: Firmar parcerias com órgãos governamentais para doação de mudas de árvores nativas;

Etapa 2: Firmar parcerias com prefeituras e secretarias de meio ambiente de Belém, Capanema e Redenção para obter terrenos e equipe técnica para plantio;

Etapa 2: Realizar o plantio de árvores nos eventos FestLabs e VERDEMOCRACIA em Belém (setembro de 2025);

Etapa 3: Realizar o plantio de árvores em Capanema durante ação de cidadania (dezembro de 2025);

Etapa 4: Realizar o plantio de árvores em Redenção durante ação de cidadania (janeiro a abril de 2026);

Valor do Investimento (ROI): As ações de plantio serão sem custos para o TRE do Pará, devido às parcerias firmadas com órgãos governamentais e do Judiciário.

CRONOGRAMA

21

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PERÍODO	RESPONSÁVEL
Substituição da gasolina por etanol	Realizar a troca do combustível ao renovar a contratação	A partir de 2026.	SETRA
Veículos híbridos	Adquirir ou alugar frota de veículos híbridos	Estudos iniciados em março de 2025	Secretaria de Administração
ECO ROTA 360	Projeto de racionalização da frota de veículos do TRE-PA;	A partir de fevereiro de 2025	Secretaria de Administração
Substituição de aparelhos de ar-condicionado	Substituição gradual, conforme necessidade	A partir de 2026	Secretaria de Administração
Manutenção preventiva de extintores de incêndio e ar-condicionado	Criar cronograma de manutenção regular para extintores e sistemas de climatização.	A partir de fevereiro de 2025	SA e GPJ
Selo de Eficiência Energética	Substituição progressiva de equipamentos elétricos por modelos certificados com selo de eficiência energética.	A partir de fevereiro de 2025	Secretaria de Administração
Instalação de usina fotovoltaica	Instalar painéis solares em Santarém para geração de 80% da energia do TRE-PA.	Inauguração em dezembro de 2025.	Secretaria de Administração
Contratar energia do Mercado Livre	Migrar para o mercado livre de energia e contratar fornecedores de energia de fontes renováveis	Estudos a partir de maio de 2025	Secretaria de Administração
Substituir viagens por reuniões telepresenciais	Priorizar reuniões e eventos por videoconferência	Fevereiro de 2025	Alta Administração
Medir a emissão de GEE no deslocamento casa-trabalho	Mensurar a emissão de GEE resultantes do deslocamento físico do tribunal para criação de política de redução.	Novembro de 2025	SGS
Implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Aperfeiçoar a coleta seletiva, a gravimetria e a pesagem dos resíduos sólidos encaminhados às associações de catadores e do lixo encaminhado ao aterro sanitário.	A partir de julho de 2025	SGS
Utilizar sistemas de redução de consumo de água	Instalar sistemas como descargas duplas e torneiras automáticas	A partir de fevereiro de 2025	Secretaria de Administração



PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

Tribunal Regional Eleitoral do Pará

Elaboração e editoração:

Seção de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e Social - SGS

Comissão Gestora do PLS

sgs@tre-pa.jus.br

(91) 3346-8998

Belém, julho de 2025
